Requerimento da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 7, de 2015

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Iniciativa:

Ementa:

Requer, nos termos o art, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência da Mulher, audiência pública com os ministros ou representantes dos ministérios da Saúde, da Justiça, dos Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas para as Mulheres para detalhar as medidas anunciadas esta quarta-feira (25) em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres com deficiência. As medidas foram definidas em portarias interministeriais.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 08/12/2015 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

TRAMITAÇÃO

08/12/2015 CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: Requerimento atendido. Audiência pública realizada em 08.12.2015.

25/03/2015 CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Ação: Requerimento aprovado em 25.03.2015, na 2ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher.

25/03/2015 CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Ação: Requerimento apresentado em 25.03.2015.

Requerimento da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher nº 7, de 2015

DOCUMENTOS

RVM 7/2015

Data: 25/03/2015

Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Local: Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Ação Legislativa: Requerimento apresentado em 25.03.2015.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos o art, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência da Mulher, audiência pública com os ministros ou representantes dos ministérios da Saúde, da Justiça, dos Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas para as Mulheres para detalhar as medidas anunciadas esta quarta-feira (25) em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e de mulheres com deficiência. As medidas foram definidas em portarias interministeriais.